

Máscaras do Conservadorismo em Psicanálise e Possíveis Antídotos

Masks of Conservatism in Psychoanalysis and Possible Antidotes

José Francisco Miguel Henriques Bairrão¹

Resumo: A teoria e a prática psicanalítica costumam ser subjugadas e manietadas por formas de conservadorismo suscetíveis de incidir nos âmbitos ontológico, epistemológico, teórico, metodológico, clínico e político. Desta forma, não apenas se afastam dos seus fundamentos, como se tornam pouco úteis para o enfrentamento de desafios ético-políticos contemporâneos. Para prevenir esse risco, sugere-se uma dupla estratégia: a retomada rigorosa dos fundamentos da psicanálise e o recurso à etnopsicanálise, esta última entendida como uma disciplina complementar à primeira, pois pode contribuir para que a categoria de alteridade não seja reduzida a um mero conceito esvaziado da diversidade étnica e desatento à multiplicidade de agências.

Palavras-chave : Psicanálise e Política, Conservadorismo, Psicanálise-Methodologia, Etnopsicanálise, Etnopsicologia.

Abstract : Psychoanalytic theory and practice are often subdued and manipulated by forms of conservatism that can focus on the ontological, epistemological, theoretical, methodological, clinical and political spheres. In this way they not only deviate from their foundations, but become of little use for facing contemporary ethical-political challenges. In order to prevent this risk, a double strategy is suggested: the rigorous retaking of the foundations of psychoanalysis and the use of ethnopsychanalysis. The latter is understood as a complementary discipline to the former, as it can contribute to the fact that the category of alterity is not reduced to a mere concept emptied of ethnic diversity and inattentive to the multiplicity of agencies.

Key-words: Psychoanalysis and Politics, Conservatism, Psychoanalysis-Methodology, Ethnopsychanalysis, Ethnopsychology.

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e livre-docente pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador e docente de Psicologia Social no Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP. Coordena o Laboratório de Etnopsicologia desta instituição, onde orienta e desenvolve pesquisas pautadas pelo interesse em não divorciar reflexão epistemológica (Epistemologia da Psicologia, Filosofia da Psicanálise) e pesquisa empírica (Psicologia da Cultura, Psicologia da Religião).

Conservadorismo Epistemológico

Neste ensaio reportam-se formas e riscos de, tanto no âmbito das formulações teóricas como metodológicas, como no possível diálogo com a realidade social e desafios ético-políticos por ela propostos, inadvertidamente a psicanálise ver-se subjugada e manietada por falsas razões ou ver os seus embates deslocados para terrenos estéreis, enquanto, ao lado, na vida real, grassam e perpassam conservadorismos contra os quais ela poderia proporcionar um certo antídoto.

Indubitavelmente uma grande contribuição do método psicanalítico, tanto na clínica como na pesquisa social, é permitir ir além do que imediatamente se mostra (Bastide, 1974). Porém isso não tem se mostrado suficiente para que a disciplina, ou mais precisamente, a sua tradução em práticas contemporâneas, se dê conta do que está bem à frente do seu nariz, ou seja, o fato de que a tradução acrítica da sua técnica num dispositivo de clínica privada promove uma forma particular de interação social que, concomitantemente, ministra a ingestão de relações de poder e de concepções de mundo etnocêntricas e politicamente em nada inócuas (Nathan, 1998). Por essa razão é imprescindível manter acesa a chama da etnopsicanálise, posto que, a par da complexidade e variedade da vida psíquica interior, ressalta que a interpretação nunca é redutível à atribuição de significados, implicando vetores de interação social que não se reduzem a representações e se constitui num antídoto contra a cristalização e absolutização de uma representação de sujeito individualista e atomizada, dotado de vida pública “objetiva” e de subjetividade “privada”, que seria o destinatário e consumidor “natural” da psicanálise.

A etnopsicanálise insta a que a cultura se compreenda como ... *parte integrante da estrutura e da economia psíquicas*” (Barros e Bairrão, 2010, p. 51) e faz-se necessária como um contraponto interno à representação hodierna da psicanálise, pelo menos enquanto perdurar a ilusão de que a forma de vida liberal burguesa em que esta veio à luz é universal. O termo cunhado por Devereux sublinha o intento de deslocar a pesquisa e a clínica psicanalíticas dos seus limites ocidentais e contemporâneos, em direção a um pluralidade de posições enunciativas, não apenas adentro do aparelho psíquico, mas também social e culturalmente situadas. A denominação é útil para defender a psicanálise do seu achatamento a uma profissão liberal e da surdez às enunciações irredutíveis a uma compreensão de sujeito decalcada de uma noção de pessoa etnocêntrica.

Mas preliminarmente, o primeiro risco que o campo psicanalítico enfrenta, ao se submeter, contra as suas insígnias de origem, a um etos conservador, é o de, a partir de uma lógica externa ou interna a concepções do psicológico adversas, criar falsos problemas e adentrar em falsas polêmicas. A teoria e a prática psicanalítica são notáveis sobreviventes de longas campanhas de descrédito desencadeadas a título diverso, as quais, se por um lado tornaram difícil a sua sobrevivência e foram fonte de diversos prejuízos, também lhes permitiram repensar o seu escopo e ultrapassar os seus limites. A tal ponto que, embora seja difícil a seu respeito fixar consensos e haver discordâncias sobre pontos básicos, também é certo que elas consolidaram a si mesmas e as suas produções como uma tradição original, ora entendida como dentro da psicologia, ora em diálogo com ela (e não apenas ou exclusivamente com a sua vertente clínica).

A esse respeito, é importante não se confundir com palavras e transformar objeções mal justificadas em virtudes, o que seria um modo de deslocar para um crítico uma objeção à psicanálise implicitamente endossada (ou seja, uma primeira forma de mascaramento de um ataque à disciplina, manifesto superficialmente como uma “defesa” de uma suposta idiosincrasia da disciplina). Há por exemplo um longo e tedioso debate sobre a inclusão ou exclusão da psicanálise ao âmbito da psicologia, que aparentemente ignora que essa é uma questão para a segunda e não para a primeira e que quando é endossada cognitivamente e negativamente por autodeclarados psicanalistas é porque já aconteceu à revelia da sua consciência um duplo recuo relativamente: acatou-se uma definição do psicológico excludente do psicanalítico e houve um deslocamento subreptício do campo de uma epistemologia psicanalítica para o âmbito de uma epistemologia da psicologia repudiadora da psicanálise. Em outros termos, discutir se a psicanálise é ou não uma psicologia, do ponto de vista psicanalítico, é uma falsa questão: não se deve conceder à segunda uma primazia relativamente à instituição do que seja o “psíquico” e de como deva ser abordado, pelo menos enquanto ela não responder às justas e inúmeras críticas ético-políticas que a acusam de reproduzir na delimitação do seu “objeto” uma representação de mundo e de pessoa “moderna” e etnocêntrica. Pelo contrário, radicalizada na direção de uma etnopsicanálise, é a primeira que pode salvar a disciplina psicológica de se resumir a uma ilusão de universalidade do indivíduo liberal burguês, cedo ou tarde ultrapassada pela marcha da história.

Por esta razão a psicanálise é a psicologia que, de um ponto de vista crítico, epistemológico e social, se faz necessária e encontrar virtudes numa renúncia a esse estatuto pode, mediante o contraste entre as supostas virtudes antipsicológicas da psicanálise e as psicologias hegemônicas, é uma forma de as endossar como sendo elas “a psicologia”. Tal

manobra pode promover alguns egos bem pensantes e elegantes a pensadores revolucionários ou pelo menos contestadores do ordenamento científico convencional do psicológico, porém também é uma forma de assentimento para com esse estado de coisas. Produz-se aqui um fenômeno muito banal, mas nem por isso menos grave, qual seja a reiteração implícita de um pensamento de fato conservador, proferido por supostos contestadores (BAIRRÃO, 2018).

Encontramos aqui, portanto, um primeiro mascaramento de um conservadorismo, no caso antipsicanalítico, travestido de uma apologia da ruptura da psicanálise com a psicologia. Ora, uma perspectiva que se pretenda rigorosamente psicanalítica não pode ignorar que também somos responsáveis pela forma como performamos o “nosso” outro e, inclusivamente, os nossos antagonistas. Caracterizar o psicológico de uma forma psicanaliticamente inaceitável, por mais preciso e justo que seja relativamente a psicologias vigentes, redutoras do sujeito a comportamentos “objetivos” e ou a processos neurofisiológicos, implicitamente endossa, ainda que imaginariamente se lhe contrapondo, um entendimento do anímico reificador. Alhear-se desse ato, virar-lhe as costas, reduzindo-o a uma descrição objetiva do que seja a psicologia é um modo de se alhear desse enfrentamento e desconhecer o endosso (ainda que negativo) a essa concepção. Pois as coisas que “saltam aos olhos” nem por isso deixam de apontar os seus dedos acusatórios aos olhos que, ainda que criticamente, as veem (como) coisas.

Conforme se entender psicologia, assim a psicanálise estará dentro ou fora dela (Bairrão, 2006) e esse problema não deveria ocasionar tanto desgaste e objeções internamente ao campo psicanalítico que, por se debruçar refinadamente sobre as interligações entre subjetividades e linguagens, deveria desembaraçar-se com razoável tranquilidade de aprisionamentos retóricos e armadilhas doutrinárias. Numa época em que, tal como em anteriores, a grande angústia de muitos psicólogos é a fluidez e indefinição do “objeto” da sua ciência, e em que tantos dentre eles enchem a boca com convicção para apregoar e fiscalizar as virtudes da psicologia científica e dos bons métodos que a reduzem a uma caricatura dos procedimentos validados e valorizados no campo da observação da natureza objetiva, o enfoque psicanalítico do sujeito irreduzível a qualquer coisa que não a si mesmo incomoda e ameaça a pseudodignidade de que a psicologia se revestiria ao copiá-las caricatamente.

A psicanálise comporta, por isso, na sua origem, uma invenção teórico-metodológica absolutamente original, em contraponto às insuficiências das psicologias convencionalmente ditas científicas, e não é causal que as interlocuções mais frutuosas que tenha estabelecido e os entusiasmos que tenha despertado venham de fora da psicologia estrito senso. A esse respeito nunca é demais recordar que ela surgiu como uma psicologia feita por não psicólogos

(muitos deles médicos, neurofisiólogos, psiquiatras, pediatras) insatisfeitos com o que a psicologia acadêmica de que dispunham lhes poderia proporcionar de recursos para lidar com questões empíricas irredutivelmente psicológicas, com as quais se defrontavam nos campos de que partiam (BAIRRÃO, 2015).

Ela é um outro da autoproclamada psicologia científica e testemunha um fracasso das suas pretensões Mas não há razão nenhuma para só por causa disso abdicar de, contra as intenções da maioria dos fundadores, reconhecê-la como psicologia e até como a verdadeira ciência psicológica, ou pelo menos aquela pioneira que ousou desenvolver métodos originais para resolver originalmente questões relacionadas à natureza da subjetividade, nos termos em que esta mesma se proporciona. O recuo perante esse enfrentamento é, reiterar-se, a primeira concessão implícita a um entendimento conservador do que seja o psíquico e uma anuência para com concepções do conhecimento psicológico que legitimam a sua habitual alucinação “científica” como uma matéria acessível a uma observação objetiva e a mensurações quantificáveis.

O custo dessa ilusão, não custa lembrar, é substituir a experiência psíquica propriamente dita pela naturalização e transposição em coisas naturais de conceitos do senso comum associados ao psicológico. Desta forma, o que se realiza e “mede” são construtos etnicamente situados e historicamente determinados. Não basta dizer que a psicanálise é o contrário disso, pois ao fazê-lo implicitamente reconhece-se o “comportamento” como um objeto tão natural e universal como o das demais ciências naturais. A psicanálise não se pode colocar em paralelo a isso nem que fosse para ser contra. Ela deve recuperar a verdade da sua origem como crítica a essas reificações e sublinhar que a natureza do psíquico não se subordina a essas objetivações discursivas, não apenas pela manifesta falsificação da experiência psicológica quando é filtrada por uma representação epistemológica de bom comportamento científico, como também pelo fato de que, atrelada a essa determinação, produz-se a imposição etnocêntrica e conservadora de uma realidade possível como parâmetro de validade para todos os demais mundos sonhados, possíveis, atuais, passados ou futuros.

A psicanálise permite desconstruir essa ficção totalitária e, em particular na sua vertente lacaniana, os considerandos a respeito das armadilhas da maestria do ser (do discurso do mestre) (Lacan, 1991) possibilitam uma crítica política a construtos ontológicos desqualificadores da possibilidade de instauração de outras realidades. Por causa disso uma depuração da ciência psicológica que previna a sua redução a um dispositivo fiscalizador da adequação a padrões de “realidade”, de “saúde” e de “desempenho normal” atrelados à preservação do **status quo**, precisa se fazer acompanhar de um empreendimento

etnopsicológico que lhe sirva de contraponto e, solidariamente à psicanálise que abdicou de se prestar àquele papel, reconheça dignidade cognitiva aos mais diversos mundos possíveis, bem como revele a natureza como enunciado (temporal) do desejo que a sustenta e também abra caminho à escuta do desejo das suas transformações (LACAN, 2005).

Este postulado é decorrente e nada mais faz do que extrair as devidas consequências (políticas), para além da clínica liberal, da tese lacaniana de que a meta da psicanálise não é promover autoconhecimento, mas transformar o ser (Lacan, 1966) e nenhum protagonismo egóico de personalidades psicanalíticas, por mais voluntarioso e “radical” que se pretenda, podesubstituir o âmbito de efetiva alteridade em que de fato este combate e o papel político do psicanalítico se travam.

Resumidamente, temos aqui dois processos que se aliam, um deles, a subtração da radicalidade epistêmica psicanalítica mediante a sua tradução numa teoria psicológica da subjetividade individual, e o segundo a concessão do estatuto de psicologia por parte de alguns psicanalistas às concepções herdeiras de uma redução do psíquico a uma caricatura de matéria. Este é o primeiro e mais grave grau do mascaramento conservador da psicanálise: não se extraem as consequências radicais da sua fidelidade à movência da alma humana e ainda por cima se a propõe como uma alternativa e “oposição” ao que seria uma psicologia científica e naturalista, abandonando esta ciência à triste sorte de carcereira a serviço do aprisionamento à ordem ontológica “natural” vigente. Uma vez que não há como desresponsabilizar-se relativamente ao “seu” outro, a psicanálise compromete-se assim, ainda que na forma do ser contra, com uma concepção “negativa” do psicológico, em vez de desconstruí-la e de substituí-la, como teria de ser o caso.

A radicalidade da escuta psicanalítica é outra: ela permite perfurar estados de coisas, tanto dissolvendo gozos na clínica, como liquefazendo ontologias, e apenas a ilusão da conformação do sujeito aos padrões de representação de pessoa modernos, liberal burgueses, permite dissociar ambas. Como nem sempre a psicanálise conseguiu, ela própria, desligar-se do seu berço cultural de origem, é relevante ampliá-la e revirar na forma de uma crítica etnopsicanalítica (Devereux, 1977) a redução de alguns dos seus postulados a tradições procedimentais etnocêntricas.

Conservadorismo Teórico

Aquele primeiro nível de mascaramento em geral sucede mediante uma reação e inversão conservadora da radicalidade psicanalítica quando ela é reduzida a retórica da boca para fora “autorreferida” ao ego de teóricos, ensaístas e ou práticos da clínica psicanalítica,

inconsequente do ponto de vista da inscrição de uma domesticação da psicanálise inscrita no plano do Outro, ou seja, que não se traduza numa crítica da naturalização e relativização da realidade pressupostas pela manutenção de uma ordem estabelecida das coisas naturais e políticas, um questionamento de uma domesticação da psicanálise inscrita no Outro.

Nem sempre fica claro se esse surpreendente processo ocorre inconscientemente ou é uma manifesta forma de má-fé, mas para todos os efeitos o resultado é o mesmo, ou seja, desconsidera-se que as razões da psicanálise, ou para parafrasear Lacan (1966), a razão desde Freud, não poderiam desconsiderar a sua incidência sobre os próprios psicanalistas e os seus movimentos. De uma forma breve, apenas para dar um exemplo, é obviamente descabido criticar as psicologias da consciência e mesmo as psicanálises focadas no ego, e depois reduzir o inconsciente a um conjunto de significados inertes livremente dispostos segundo correlações livremente dispostas por um autor ou entendidas como postas à sua mão para efeito de estabelecimento dos seus constructos teóricos. A hipótese do inconsciente e a tese de que a posição do sujeito (inclusive a sua condição social, de gênero e étnico-racial, entre outras) é determinante para além da sua representação e intencionalidade são para ser levadas a sério, sob pena de remeter a psicanálise a um plano puramente de colagens de enunciados e seus significados atidos a conceitos (o imaginário) e denegar o plano de enunciação no qual o ser-sujeito (e já agora também a sua inscrição social e política), na dependência do simbólico, efetivamente aflora e determina o sentido verdadeiro da sua presença e incidência no mundo.

A psicanálise é profundamente original relativamente não apenas às concepções psicológicas cuja insuficiência requereu o seu surgimento, como também aos limites e enquadres tradicionais do que, em função da meritória tradição de pesquisa científica em outros campos, se estabeleceu como um certo enquadre do conhecimento, da experiência humana, e dos limites de ambos. Para melhor se apreciá-lo, vale a pena mencionar alguns problemas que, de tanto se repetirem, acabaram dando azo a defesas falsas por partirem de postulados falsos, em virtude da sua falta de inserção no tecido teórico pelo qual o psicanalítico se demarca das psicologias comuns, consorciado ao descaso para com o fato de que enunciados com significados progressistas podem performar-se em enunciações e atos conservadores.

Muitos mal-entendidos e embates desnecessários teriam sido evitados, por exemplo, se se tivesse compreendido, com a radicalidade requerida, que ao falar da função paterna está em jogo não a submissão a uma lei ou uma castração como subjugação, mas sim uma conquista dos filhos. Para a psicanálise, o pai é uma propriedade dos filhos e isso é literal (Bairrão, 2005). Porém, a sutil inversão da tese na forma de uma teoria infantilizante, que subordina o

sujeito a um universal paterno trans-histórico, replica a subjugação social e colonial a uma entidade externa, não perfeita (no sentido de perfazer) à medida de um processo de apropriação e autodeterminação subjetiva mediada pelo simbólico e histórica e culturalmente diverso (OBEYESEKERE, 1996).

Raciocínio similar pode ser feito relativamente às propaladas obscuridades da sexualidade feminina. Quando o que está em pauta é uma articulação que remete a um real da vida polarizado entre o antes de existir e o fim da existência, é descabido supor que a obscuridade de um dos polos de gênero não se reflita no outro. Independentemente do que possa asseverar-se mediante as fórmulas lacanianas da sexuação, o que está em jogo é uma operação que está fora de vista, insuscetível de apreensão cognitiva (salvo na forma e nos limites da pornografia): o melhor que se pode fazer é reproduzi-la, não figurativa nem conceitualmente, mas existencialmente.

Não é apenas a sexualidade infantil como paradigma do “querer ver” e matriz do desejo de saber, ou seja, como “a mãe” verdadeira de todas as abordagens representacionais e cognitivas, que se impõe como uma descoberta de Freud. Concomitantemente ao surgimento da psicanálise, embora a consciência teórica disso possa não ter sido assimilada imediatamente e apenas aos poucos se tenha incorporada à elaboração teórica, surge também uma teoria da memória aparentemente na ausência de memória (o inconsciente) (Freud, 1972); uma problematização da consciência e do perceptual, que deixam de ser “dados”, sem se reduzirem a “constructos” (Botella & Botella, 2002); uma ampliação do entendimento do psíquico para além dos limites entre corpos e gerações (Kaës, 2005); uma sobreposição do olho pela voz, ou mais especificamente da observação descritiva de positivities de coisas pela escuta da enunciação de uma agência invisível (Godoy & Bairrão, 2018); uma espacialização do psíquico e a subsunção do corpo e do existir ao tempo (Montes, 2017); um acolhimento do negativo na forma de interlocução com o já sido, com o por ser, ou com o (ainda) não sucedido (tanto na forma de não saber, como na de não ser (Green, 1993/2010); e o problemático e por vezes paradoxal reconhecimento de um certo protagonismo (pulsional) à morte (MONZANI, 1989).

Não é o caso nem há espaço para descrever detalhadamente esses pontos, a sua enumeração visa sublinhar que, na sua origem, a psicanálise requer uma transformação profunda de concepções não apenas psicológicas na acepção tradicional do termo, mas que transbordam para outros mundos e âmbitos de ser e de realidades existenciais compartilhados. Parcialmente e menos ainda na sua totalidade esses pontos e as suas implicações nem sempre são devidamente ponderados na transmissão e na clínica psicanalítica. Para preveni-lo é

extremamente recomendável que uma leitura rigorosa e consequente das teses psicanalíticas se articule a uma crítica etnopsicanalítica, não apenas dos conceitos, como do setting e da prática clínica.

O desenvolvimento da teoria psicanalítica requereu construtos e especulações com implicações muito para além dos limites de uma sistematização de uma psicoterapia em termos de clínica liberal, apoiando-se em especulações biológicas (Corrêa, 2015) e em constructos antropológicos (Lioger, 2002). Com base nos segundos, ao longo do tempo desenvolveu-se um profícuo debate com a antropologia, desencadeado em parte pela apropriação freudiana de conceitos antropológicos (como totem), em parte pela contestação antropológica de teses psicanalíticas (como a universalidade do complexo de Édipo). Tais discussões, a par de reptos e contestações mútuas, possibilitaram diálogos e reflexões que possibilitaram inicialmente o desenvolvimento da etnopsicanálise de matriz freudiana de Georges Devereux (1972) e reciprocamente embasaram abordagens antropológicas embasadas na teoria psicanalítica, como é o caso por exemplo de Obeyesekere (1981). Mais recentemente tem se desenvolvido uma vertente etnopsicanalítica permeada pela contribuição psicanalítica lacaniana, ou seja, afetada pelo retorno a Freud de um Lacan atento à crítica antropológica (BAIRRÃO, 2008).

Para efeito do presente argumento, merece destaque que, a par da demarcação entre uma vida psíquica consciente e outra inequivocamente inconsciente, com maior clareza a partir de Lacan, a segunda se desprende de um enclausuramento numa individualidade psíquica, podendo admitir-se o sujeito presente, inconsciente e enunciante, coextensivamente à diversidade de formas expressivas, estéticas e discursivas (Bairrão, 2011). De outra forma, o sujeito confunde-se ou reduz-se a uma individualidade psicológica particular, achata-se ao ego. Não há prática de grupo que ultrapasse essa degradação, claramente denunciada pela tradição lacaniana. Porém o efeito dessa crítica em geral tem sido contrapor-se ao grupo para restaurar o privilégio do individual, quando o sentido da oposição ao grupal e aos seus efeitos imaginários pode ser entendido bem para além disso, pois eles são os mesmos, quando se considera o grupo como um conjunto reduzido a um indivíduo.

Em ambos os casos há o entendimento reduzido do sujeito a uma individualidade psíquica, quer se conte um, ou se somem vários. Importam menos as representações do que os atos e se os profissionais da psicanálise criticam a burguesia e o modelo liberal burguês de pessoa, mas praticam a clínica de uma forma que os pressupõe, chegamos a um impasse. A assimilação da psicanálise a uma psicologia como as outras, apenas com outros conteúdos, denega a revolução desencadeada pelo seu surgimento e, mesmo que se faça acompanhar de

longas e exaustivas credenciais retóricas acopladas ao agente da psicanálise alçado a propagandista público, na medida em que o protagonismo do seu ego atropela a enunciação do inconsciente e desloque o foco da realidade do outro para as suas representações cognitivas (ainda que eventualmente estas sejam “progressistas”) sobre o social e o político, preserva-se uma roupagem conceitual psicanalítica, mas esta recobre uma concepção de eu moderna, atrelada a uma concepção etnocêntrica de pessoa liberal burguesa.

Conservadorismo Clínico

O que se deveria esperar da psicanálise é exatamente pôr pessoas e a história para fora dos seus cômodos conceituais e psíquicos, lançá-las a céu aberto. Uma psicanálise não psicologizada tem esse potencial. Na contramão, as propostas de uma clínica social que desloque os consultórios de bairros ricos para bairros pobres ou de clínicas chiques para praças públicas, longe de se alinharem à radicalidade irruptiva da psicanálise, pura e simplesmente alargam e projetam o indivíduo moderno e particularmente a pessoa burguesa a um modelo de sujeito universal.

Por exemplo, a clínica na praça reproduz o modelo da subjetividade interior, etnocêntrico e provavelmente racista. Essas propostas de democratizar e tornar acessível a psicanálise a todos reduzem a diversidade humana a níveis sócio-econômicos e o “consumo” da psicanálise a uma questão financeira. É imprescindível ultrapassar a barreira da redução da função do analista a um personagem liberal burguês, bem como não reduzir a agência da psicanálise ao manejo teórico-conceitual. Para a psicanálise, fundamentalmente psicanalista é uma função de escuta a pôr para funcionar onde haja sujeito a fazer-se ouvir e não uma personalidade de carne e osso com as suas obrigações de formação e afiliações institucionais em dia.

Neste caso, independentemente do conteúdo discursivo expresso, desconsiderados aqueles pontos, a psicanálise é cooptada por estratégias conservadoras., tão mais eficazes entre nós porque sabidamente a elite brasileira tem a extraordinária facilidade de se enfeitar de insígnias retórico-conceituais de esquerda, quando na realidade se perpetuam os seus privilégios. A sua radicalidade crítica tem o alcance prático efetivamente (inconscientemente?) pretendido de deixar tudo na mesma, ao mesmo tempo que as vagas de liderança de contestações são ocupadas pelos seus ilustres “quadros”.

Sempre há um descompasso entre o significado intrínseco desses arrazoados e a sua tradução uma práxis social e clínica efetivamente transformadora. Esse processo é tão aparentemente paradoxal que o verniz intelectual dito de esquerda, um conjunto de leituras e

hábitos de consumo supostamente refinados, passou a ser associado a uma insígnia de pertença a um grupo seleto de pessoas cultivadas e de bom gosto, além do mais em geral encantadas com a sua pretensa superioridade ética e estética, que compõe um quadro harmonioso com a sua superior inteligência e cultura, as quais definitivamente as separam da “populaça” ou, no jargão “revolucionário” de alguns, da “massa” que ouse deles discordar e ameaçar a hegemonia de fato da classe social a que pertencem e da qual imaginariamente se teriam voluntoriosamente divorciado. Em vez de um instrumento a serviço desse engodo, a psicanálise proporciona todo o instrumental para fazer a denúncia dessa hipocrisia conservadora, talvez inconsciente, que se faz veicular por meio de aparências progressistas.

De fato, enunciados progressistas de forma alguma são incomuns em enunciações conservadoras e esta pode ser uma das principais contribuições psicanalíticas para desemaranhar uma boa dose de confusão e incompreensão que não servem ao descongelamento de processos históricos que se colocam no horizonte. Porém esta distinção e a boa convivência com a contradição, não são suficientes se os operadores psicanalíticos se formularem apenas num plano linguístico e conceitual, confundindo o sujeito e o outro com signos que impossivelmente os refeririam, ou seja, reduzindo-os a representações cognitivas, a forma mais simples de isolar e impedir a psicanálise de ter um alcance político real, ensimesmando-a e assimilando-a a uma psicologia subjetivista.

Nesses casos não raramente o “encontro” com o outro é literal e ao pé da letra, no mau sentido, Ou seja, os escritos e a clínica não desviam os olhos dos livros e os ouvidos dos pacientes de consultório e pelo contrário tendem a ser espelhos em que um clínico liberal ou funcionário público mira uma autoimagem de contestador. Quer dizer, o significante não aponta para uma realidade concreta e pública, para além de uma representação literária e ou intersubjetiva de outro. Ninguém precisa sair do seu gabinete universitário ou do seu consultório para se deparar com esse “outro”, pois esse “outro” não é ninguém ou é muito pouco para além do escutado no divã, do informado jornalisticamente e do recebido na forma de referências bibliográficas. Estas, muitas vezes, chegam de lugares estrangeiros, imbuídas da autoridade de exportarem cultura investida do poder de legitimar esse tipo de contestação retórica. Do ponto de vista do enunciado o significado dessas leituras pode ser de contestação, mas na realidade performa-se enunciativamente a relação piramidal de submissão colonial (ainda que seja para consumir literatura decolonial).

Ora, toda a descolonização promovida por colonos e seus destacamentos étnicos, culturais e religiosos, do ponto de vista da enunciação, é uma recolonização. Por incrível que pareça, esta cristalina obviedade (psicanalítica) frequentemente é desconsiderada por um

grande número de personalidades que resolvem deixar passar em branco a sua condição social concreta e supõem inversível o sentido dos seus atos coletivos e particulares, à medida do seu voluntarismo. Este é um modo de dominar “libertando”, uma forma de expiar responsabilidades e culpas históricas e institucionais, mediante a inversão do sentido de uma tutela social historicamente herdada que os responsabilizaria por corrigir os “pecados” dos seus ascendentes.

Particularizada ao atendimento clínico, o mesmo é dizer que as opiniões e anseios psicoterápicos do profissional poderiam substituir uma escuta do desejo e do protagonismo do outro, uma pretensão de desapropriação do ato analítico por parte do “analista”. Tal espécie de narcisismo moral protege a consciência “rebelde” do voluntarioso representante de uma classe ou moral dominante, mas nada faz em prol do reconhecimento da sua responsabilidade (já agora não apenas coletiva), porque pessoalmente essa inversão contraria dar ouvidos ao Outro e confiar na sua agência interpretativa e na sua agenda transformadora. Expropriados agora não mais das suas vozes, terras, letras, família e liberdade, mas do direito de se enunciar e se fazer ouvir em primeira pessoa, ao outro e ao inconsciente resta, nessa clínica psicanalítica em ato de fato conservadora, adequarem-se às representações que os folclorizam em “dias do índio” e personagens secundários de narrativas de redenção da culpa alheia.

Nem sempre os conceitos psicanalíticos operam realmente e é sempre este o caso quando de fato, ainda que não intencionalmente, se presume substituir o protagonismo do terceiro. Uma psicanálise para valer deve reconhecer e se praticar mediante o necessário deslocamento da problemática de pessoas empíricas e das suas perspectivas vivenciais e cognitivas para uma posição terceira, na qual o inconsciente, a história e a verdade sejam a agência enunciante e o analista não sobreponha a sua voz ao protagonismo psíquico, social e político do Outro no outro e também em si mesmo. É graças a isso que a psicanálise permite não apenas mudanças na conformação psíquica, como também transformações na realidade existencial e social. O passado, o sucedido, deixa de ser um âmbito do já resolvido e liquidado para sempre, mas, na medida do seu traço que permanece inscrito ou por perceber (recalcado ou ainda por se receber), pode ser transtornado, revivido e repactuado. Como esta condição não está ao alcance das “melhores intenções” (nem das piores) dos indivíduos que dão corpo à função de analista, não basta propor metas e ações interpretativas no terreno da paranoia (no plano cognitivo). É preciso tornar permeável a teoria psicanalítica ou pelo menos os seus operadores conceituais a outras formas de saber, preservando a forma, o sentido e o significado de que se revestem no seu contexto de origem. Isto pode, na realidade deve, consubstanciar-se mediante uma transversalidade social da escuta, não atida ao setting

profissional liberal do consultório (por meio por exemplo do seu deslocamento para ONGs e quaisquer outros modos de iniciativas populares e movimentos sociais), bem como por meio de alianças epistêmicas interétnicas, como por exemplo os dispositivos terapêuticos etnopsiquiátricos (NATHAN, 1986).

A etnopsicanálise dá corpo a essa missão e de certo modo se afigura um complemento indispensável ao enfrentamento da redução psicologista do psicanalítico, a qual, como deve ter ficado claro, não é uma mera incorreção conceitual, pois tem um impacto ético e político devastador, qual seja, transformar a psicanálise em algo que ela não deveria ser, um dispositivo subjetivo e social conservador, comumente mascarado por uma contestação retórica.

Referências Bibliográficas

- Bairrão, J. F. M. H. (2005) Adolescência em transe: afirmação étnica e formas sociais de cognição. Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100003&lng=en&nrm=iso
- Bairrão, J. F. M. H. (2006) Psicologia cultural: tem a psicanálise alguma coisa a dizer sobre isso? *Natureza Humana: Revista de Filosofia e Psicanálise*, v. 8, n. 1, p. 293-312.
- Bairrão, J. F. M. H. (2008). Tulipa: Subsídios para uma etnopsicanálise da possessão. *Olhar*. v.10/11, p.53 - 68.
- Bairrão, J. F. M. H. (2011). Nomenclatura e agência sem palavras: o audível não verbal num transe de possessão. In: BOCCA, F. V. et al. (Orgs.). *O movimento de um pensamento: ensaios em homenagem a Luiz Roberto Monzani*. Curitiba: CRV. p. 155-172.
- Bairrão, J. F. M. H. (2015) Etnografar com Psicanálise: Psicologias de um ponto de vista empírico. *Cultures-Kairós: Revue d'Anthropologie des pratiques corporelles et des arts vivants*. 5.
- Bairrão, J. F. M. H. (2018) Pombeiros, capitães do mato e bugreiros na psicologia contemporânea? (pp. 13-31). In: Godoy, D. B. O. A; Bairrão, J. F. M. H (orgs) *Etnopsicologia brasileira: mosaico e aplicações*. Ribeirão Preto: FFCLRP/USP
- Barros, M. L. & Bairrão, J. F. M. H. (2010). Etnopsicanálise: embasamento crítico sobre teoria e prática terapêutica. *Revista da SPAGESP*, v. 11, n. 1, p. 45-54.
- Bastide, R. (1974). *Sociologia e Psicanálise*. São Paulo: Melhoramentos.
- Botella, C. & Botella, S. (2002). *Irrepresentável: mais além da representação*. Porto Alegre: Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul/ Criação Humana.

- Corrêa, F. S. (2015). *Filogênese na metapsicologia freudiana*. Campinas: Editora Unicamp.
- Devereux, G. (1972). *Ethnopsychanalyse complémentariste*. Paris: Flammarion.
- Devereux, G. (1977). *De la ansiedad al método en las ciencias del comportamiento*. México: Siglo Veintiuno Editores. Originalmente publicado em 1967.
- Freud, S. (1972). A interpretação dos sonhos. Os processos oníricos. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Cap. VII, livro V). Rio de Janeiro: Imago. Originalmente publicado em 1900.
- Godoy, D. B. O. A. & Bairrão, J. F. M. H. (2018). Voz e Alteridade: um contraponto entre psicanálise e psicologias dialógicas. *Revista da Spagesp*, v.19, 62-75.
- Green, A. (2010). *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artmed. Originalmente publicado em 1993.
- Kaës, R. (2005). *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: Transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lacan, J. (1966). L'instance de la lettre dans l'inconscient ou la raison depuis Freud. Em: J. Lacan. *Écrits* (pp. 493-528). Paris: Seuil.
- Lacan, J. (1991) *Le Séminaire, Livre XVII, L'envers de la psychanalyse*. Paris: Seuil.
- Lacan J. (2005) O simbólico, o imaginário e o real. In: Lacan, J. *Nomes do Pai* (pp. 9-53). Rio de Janeiro: Zahar. Originalmente proferido em 1953.
- Lioger, R. (2002). *La folie du chaman: Histoire de l'ethnopsychanalyse*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Montes, F.F (2017) *Corpo, temporalidade e constituição subjetiva* *Cadernos de Psicanálise – SPCRJ*, v. 33, n. 1, p. 72-80.
- Monzani, L. R. (1989). *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Nathan, T. (1986). *La folie des autres. Traité d'ethnopsychiatrie clinique*. Paris: Dunod.
- Nathan, T. (1998) A guerra intercultural e a psicopatologia: especificidade da etnopsiquiatria. In: José Flávio Pessoa de Barros (org.). *Terapêuticas e Cultura*. Rio de Janeiro: UERJ/Intercon, pp. 165-181.
- Obeyesekere, G. (1981). *Medusa's hair: an essay on personal symbols and religious experience*. Chicago: The Chicago University Press.
- Obeyesekere, G. (1996). *The Work of culture: symbolic transformation in psychoanalysis and anthropology*. Chicago: University of Chicago Press.